



Valorização docente

BALANÇO DO  
**PLANO NACIONAL  
DE EDUCAÇÃO**



# INDICADOR DE PROGRESSO

## DISPOSITIVOS DE METAS



Progresso no cumprimento das metas do PNE



Dispositivo progride em ritmo insuficiente para o seu cumprimento no prazo  
Dispositivo progride em ritmo suficiente para o seu cumprimento no prazo

### Entendendo o gráfico e o indicador...

Com o objetivo de obter em um só gráfico um panorama do descumprimento das metas monitoradas neste Balanço do Plano Nacional de Educação, foi elaborado o Indicador de Progresso. Para obtê-lo, dividimos, para cada dispositivo, a variação média observada desde o início do PNE pela variação média necessária ao seu cumprimento no prazo. Essas variações são as mesmas apresentadas em barras horizontais junto a cada indicador de meta no restante deste monitoramento. Um valor igual a 100% não significa que o indicador em questão já alcançou o nível previsto no PNE, mas sim que tem avançado, em média, o suficiente para o alcançar no prazo o nível previsto.

Disp.	Título do indicador
1A <sup>1</sup>	% de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche
1B <sup>2</sup>	% de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche
2A	% da pop. de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o E.F.
2B	% da população de 16 anos com o E. Fundamental concluído
3A <sup>3</sup>	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu a ed. básica
3B	% da pop. de 15 a 17 anos que freq. ou já concluiu o EM
4A <sup>6</sup>	% da pop. de 4 a 17 anos c/ deficiência que frequenta a escola
5A	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em leitura
5B <sup>6</sup>	% de crianças do 3º EF com proficiência adequada em escrita
5C	% de crianças do 3º EF com proficiência adeq. em matemática
6A	% de escolas públicas com oferta de ed. em tempo integral
6B	% de alunos do público alvo atendidos em tempo integral
7A <sup>4</sup>	Idéb - Anos Iniciais
7B <sup>4</sup>	Idéb - Anos Finais
7C <sup>4</sup>	Idéb - Ensino Médio
8A	Escalaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo
8B <sup>1</sup>	Esc. média da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres
8C	Escalaridade média da população de 18 a 29 anos - Nordeste
8D	Esc. média da população negra de 18 a 29 anos vs não-negros
9A	Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever
9B <sup>1</sup>	Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos
10	% de matrículas de EJA integradas à educação profissional
11A	Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013
11B	Participação da r. pública na expansão das matr. na EPTNM
12A	Pop. que freq. ou já concluiu graduação em relação à pop. de 18 a 24 anos
12B	% da pop. de 18 a 24 anos que freq. ou já concluiu graduação
12C	Participação da r. pública na expansão das matr. no E.Sup.
13A.2	% de docentes no E.S. c/ mestrado ou doutorado - rede privada
13B.2	% de docentes no Ens. Superior com doutorado - rede privada
14A	Mestres titulados
14B	Doutores titulados
15A	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Infantil
15B	Prop. de docências com formação adequada - Anos Iniciais
15C	Prop. de docências com formação adequada - Anos Finais
15D	Prop. de docências com formação adequada - Ensino Médio
16A	% de professores da educação básica com pós-graduação
16B	Prop. de profs. da ed. básica com cursos de formação continuada
17	Rendimento médio dos professores, como proporção do rendimento dos demais profissionais de nível superior (2013)
20A	Gasto público em educação pública, em proporção do PIB

Notas: 1) Não há dados da Prad Contínua para 2014 e 2015. Ano de 2016 adotado como ponto inicial; 2) Dados da Prad anual foram comparados aos da Prad contínua para o cálculo, apesar de não serem diretamente comparáveis; 3) Prazo em 2016; 4) Não tem indicador de progresso, pois é necessário haver dados para mais de um ano; 5) Resultados de 2016 e 2014 foram comparados, apesar de não serem diretamente comparáveis; 6) Não há Idéb para 2014. Ano de 2013 adotado como ponto inicial; 7) Não há Inaf para 2014. Ano de 2015 adotado como ponto inicial



# Meta 17

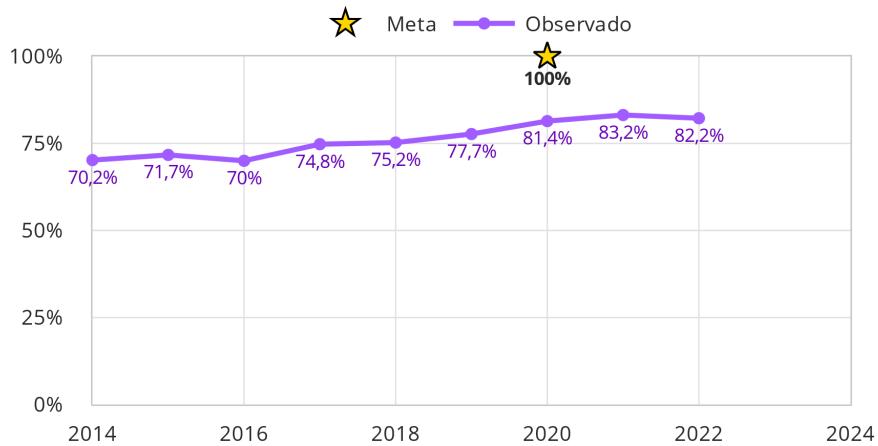
*Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.*

*Indicador 17: Rendimento médio dos docentes com Ensino Superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade*



# Meta 17 | Indicador 17

**Rendimento médio dos docentes com ens. sup. completo das redes públicas, em relação aos demais profissionais de mesma escolaridade**



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

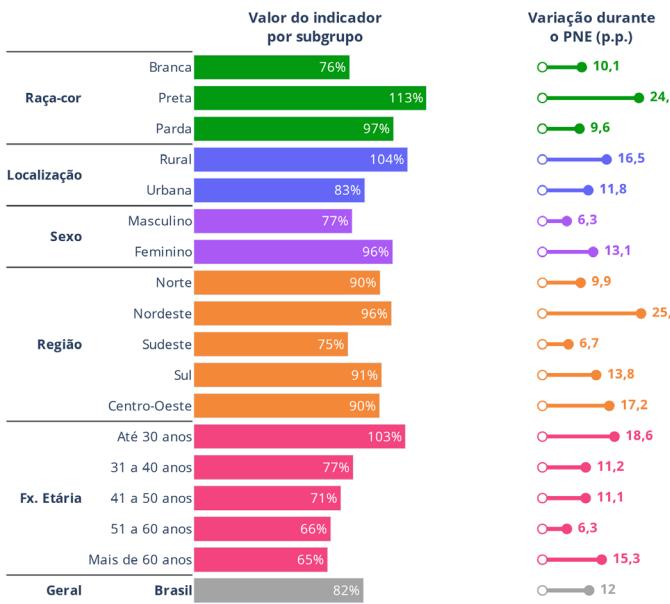
Prevista para 2020, a Meta de equiparar o salário médio dos professores ao dos outros profissionais de mesma idade não foi cumprida no prazo, tendo avançado a cerca de um terço do ritmo necessário ao seu cumprimento. Sem alteração desse padrão de evolução, a tendência é que ao fim da vigência do atual PNE a situação ainda esteja irregular.

Houve queda no último ano na situação há desafiadora que vínhamos enfrentando nesse tema.

O provimento de um salário digno é fundamental para que a carreira tenha maior atratividade, mas a pauta é historicamente obstaculizada por propostas de condicionar salários dignos ao cumprimento de metas pouco realistas de desempenho dos alunos em testes padronizados, o que acaba por se configurar como instrumento de perpetuação e justificação perversa da precariedade nas condições de ensino.

# Meta 17 | Indicador 17

Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com essa mesma escolaridade



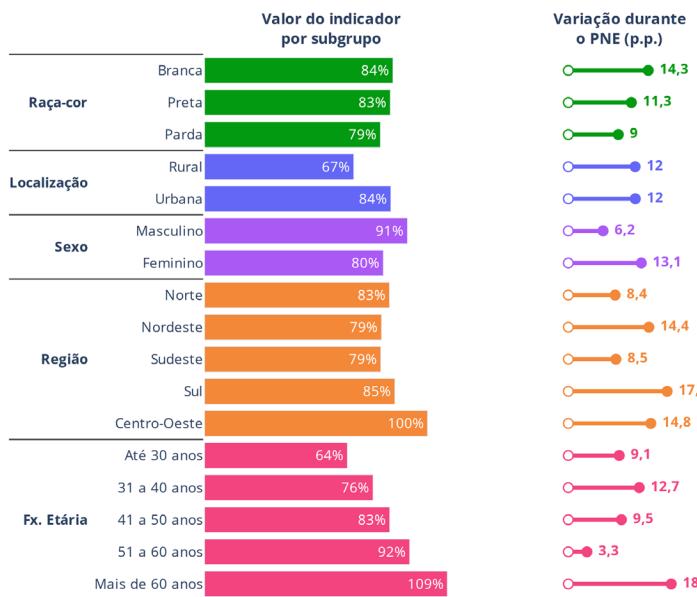
A desagregação do indicador de rendimento dos docentes produz resultados diferentes a depender dos valores de referência adotados, e as mesmas escolhas podem se adequar de forma diferente a cada recorte. Quando comparamos o rendimento médio dos docentes de cada subgrupo com os demais profissionais do mesmo subgrupo, o quadro em que todos os resultados são iguais a 100% significa que as diferenças e desigualdades presentes na economia em geral se replicam entre os docentes. Isso certamente não é aceitável nos recortes por sexo e raça-cor, e é possível de ressalvas mesmo nos recortes regionais e por localização.

Por essa ótica, docentes negros, do sexo feminino, do Nordeste e da zona rural, cujos pares no restante da economia possuem desvantagens de rendimento, apresentam valores mais próximos a 100%, indicando menor disparidade dentro da profissão docente.



# Meta 17 | Indicador 17

Rendimento médio dos docentes com sup. completo das redes públicas, como porcentagem do rend. dos demais profissionais com essa mesma esc. - subgrupos de docentes vs. média nacional dos demais profissionais



Quando comparamos os rendimentos de cada subgrupo com a *média nacional geral* dos outros profissionais, temos uma visão complementar. Pelo valor de referência ser igual para todos os subgrupos, na prática se compara as médias salariais entre eles. Aqui, altera-se significativamente o padrão observado na tela anterior.

O rendimento médio dos docentes do sexo masculino é maior do que o observado para o sexo feminino, ainda que essa diferença tenha caído no período. No recorte por raça-cor, as médias são mais semelhantes, após um aumento maior para os brancos entre 2014 e 2022.

Não surpreendentemente, os rendimentos são maiores entre os professores mais velhos. Porém, vide o *slide* anterior, essa progressão é menos acentuada do que no restante da economia.

Fonte: PNAD Contínua - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

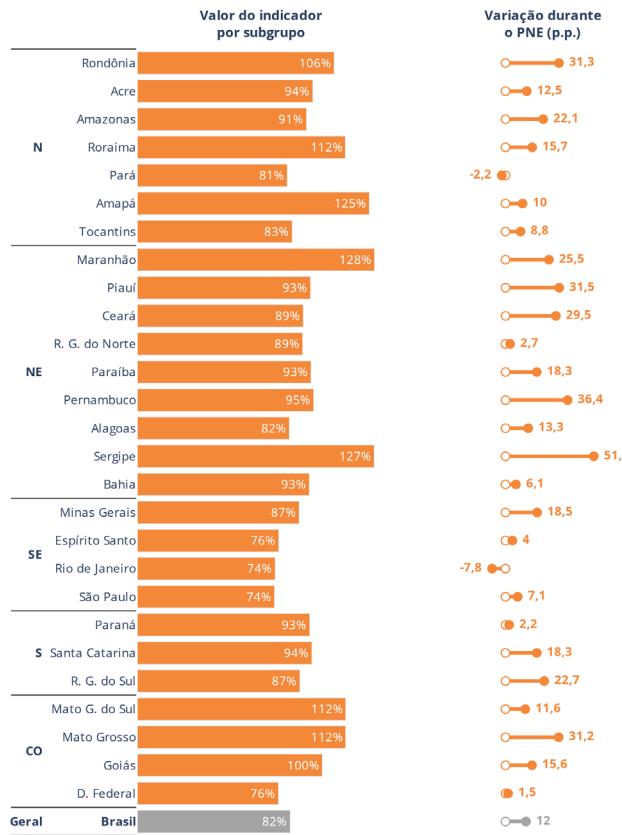


# Meta 17 | Indicador 17

Comparados aos demais profissionais da mesma unidade federativa, os docentes com escolaridade em nível superior têm salário médio maior em cerca de 1/3 dos casos, sendo que nenhum deles ocorre nas regiões Sul ou Sudeste. Nesta segunda região estão os estados com os menores níveis do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O Distrito Federal apresenta nível similarmente baixo.

Na comparação entre 2022 e 2014, há uma variação grande no Sergipe e também em estados como Pernambuco, Piauí, Mato Grosso e Rondônia. Alguns anos podem apresentar valores atípicos para algumas unidades federativas, como na série do Rio Grande do Norte, que saltou 80 p.p. em 2021 e -100 p.p. em 2022. Porém, a regra é a consistência: o Rio de Janeiro, por exemplo, apresenta estagnação no nível de 2022 por quase todo o período analisado.

Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com essa mesma escolaridade



# Meta 18

*Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.*

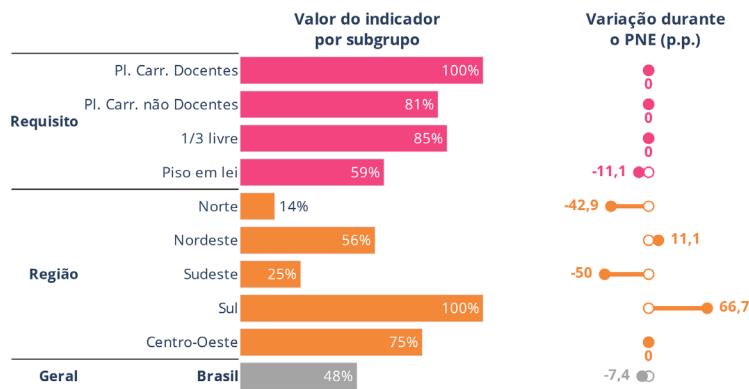
*Indicador 18A: Percentual de requisitos da Meta 18 cumpridos nas unidades federativas*

*Indicador 18B: Percentual de requisitos da Meta 18 cumpridos nos municípios*



# Meta 18 | Indicador 18A

Percentual de unidades federativas que cumprem todos os requisitos da meta 18



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Entre as unidades federativas, o cenário do provimento de condições minimamente adequadas de trabalho aos profissionais da educação é de retrocesso, muito em função do recuo da garantia em lei do Piso do Magistério entre 2018 e 2021, anos para os quais há dados coletados pelo IBGE. Desde 2018, essa tem sido a questão mais grave entre os requisitos da Meta 18, que deveriam estar sendo cumpridos já em 2016.

Nas regiões Norte e Sudeste ocorreram as maiores quedas, com cerca de metade das respectivas unidades federativas passando a sonegar o básico a seus servidores.



# Meta 18 | Indicador 18B

Analisando caso a caso, podemos ver uma grande variação no cumprimento da Meta 18. Por trás do saldo de 2 unidades federativas a menos acatando todos seus requisitos durante o período analisado, estão 7 que deixaram de cumprir a Meta e outras 5 que passaram a fazê-lo.

Em 2021, apenas uma unidade federativa da região Norte cumpria os objetivos estabelecidos para 2016. O mesmo se observa no Sudeste.

Unidades federativas que cumprem todos os requisitos da Meta 18		
Rondônia		
Acre		
Amazonas		
Roraima		
Pará		
Amapá		
Tocantins		
Maranhão		
Piauí		
Ceará		
Rio Grande do Norte		
Paraíba		
Pernambuco		
Alagoas		
Sergipe		
Bahia		
Minas Gerais		
Espírito Santo		
Rio de Janeiro		
São Paulo		
Paraná		
Santa Catarina		
Rio Grande do Sul		
Mato Grosso do Sul		
Mato Grosso		
Goiás		
Distrito Federal		
<b>Geral</b>	<b>55,6%</b>	<b>48,1%</b>

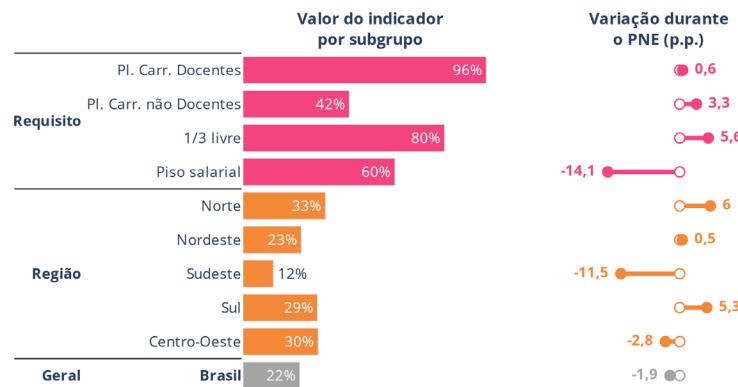
Fonte: Estadic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.





# Meta 18 | Indicador 18B

Percentual de municípios que cumprem todos os requisitos da meta 18



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Se entre as unidades federativas a garantia do piso salarial era a medida mais descumprida, no contexto do municípios o maior problema está no estabelecimento de planos de carreira aos profissionais não docentes da educação. Em 2021, menos da metade dos municípios possuía esse dispositivo em lei.

Por uma diferença na mensuração realizada pelo IBGE nos municípios, a questão do piso salarial tem comparabilidade muito limitada. Em 2021, a informação coletada foi a proporção dos docentes em jornada de 40 horas cujo vencimento é igual ou maior ao piso. A questão não é aplicada a municípios sem docentes com essa jornada, e esses casos foram computados junto aos de não cumprimento para este indicador, de forma que ele mede casos de *sabido cumprimento*.

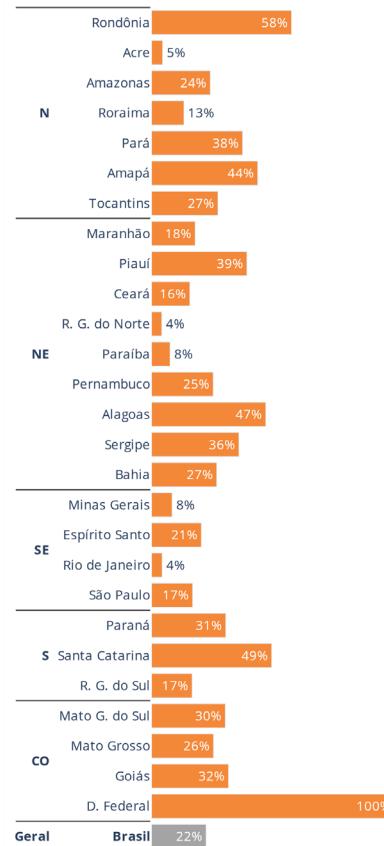


# Meta 18 | Indicador 18A

Dentro de cada uma das regiões do Brasil, há considerável disparidade entre os municípios de cada unidade federativa. No Norte, apenas 5% dos municípios do Acre cumprem todos os quesitos da Meta 18, enquanto em Rondônia o percentual chega a 58%. Isso ocorre após drástica mudança nos dois estados, na comparação com 2018. Caso semelhante de forte oscilação ocorre no Centro-Oeste, com Goiás e o Mato Grosso invertendo posições nos extremos da região (o Distrito Federal não se adequa a essa comparação por ser apenas Brasília e assim ter apenas 0 e 100% como possibilidades de valor).

Em menor monta, também há significativa disparidade entre os estados de Sul e Sudeste, com os estados em pior situação apresentando porcentagens inferiores à metade daqueles onde a situação é menos grave.

Percentual de municípios que cumprem todos os requisitos da meta 18



**Para NÃO RETROCEDER:  
PNE pra VALER  
as desigualdades ENFRENTAR,  
o financiamento DESCOLONIZAR!**

Obrigada!

**Andressa Pellanda**  
*Coordenadora Geral*  
Campanha Nacional pelo Direito à Educação